



Waldemir Barreto/Agência Senado

Com as galerias cheias, senadores votam propostas que garantem aumento salarial para 40 carreiras de várias áreas do funcionalismo federal e regras para pagamento de honorários a advogados da União

Senado aprova oito projetos de reajuste para servidores

Salários de civis e militares da União serão recompostos e acordo levará Michel Temer a vetar criação de cargos e avanços de carreiras

Negociados com lideranças sindicais ainda no governo Dilma Rousseff e assumidos pelo presidente interino Michel Temer, oito projetos com reajustes para servidores civis e militares da União foram aprovados ontem e se-

guem para sanção. O líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira, informou que o acordo firmado com partidos é para que Temer veto os artigos que criam cargos e avanços de carreira. Foram beneficiadas 40 carreiras e várias áreas,

como Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, Forças Armadas, Banco Central, Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Agrário. Um dos projetos disciplina pagamento de honorários para advogados da União. **8**

Acusação reforça argumentos contra Dilma

Segundo o documento com as alegações finais dos acusadores entregue ontem, governo Dilma cometeu crimes de responsabilidade como parte de um modus operandi para se “perpetuar no poder”. **5**

Advogado Berchmans Serra, que auxilia os denunciadores, entrega o texto com 131 páginas



Marcos Oliveira/Agência Senado

Avança imposto menor para querosene de aviação

A alíquota máxima do ICMS a ser cobrada por estados na comercialização do combustível deverá ser de 12%, segundo

projeto aprovado ontem em comissão. Texto visa baratear custos do setor e repassar o benefício aos consumidores. **7**



Gerardo Magela/Agência Senado

Relator, Viana apresentou emenda ao texto que será analisado em Plenário

Debate atribui dívida pública a privilégios dados a bancos

Participantes de audiência sobre justiça fiscal disseram que privilégios concedidos a

bancos e a grandes empresas geram dívida pública e desigualdade social. **7**

Vai para Câmara texto que limita gasto de assembleias

De acordo com proposta de emenda à Constituição aprovada em segundo turno no Plenário do Senado, assembleias legislativas poderão gastar a cada ano, no máximo, o mesmo valor do ano anterior corrigido pela inflação. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

Paulo Paim (C) coordena ciclo de debates na Comissão de Direitos Humanos

Plenário flexibiliza norma para permitir gastos sociais no Ceará **8**

País terá novos embaixadores na Nova Zelândia e no Congo **3**

Emenda consolida TST como parte do Judiciário

Promulgada ontem pelo Congresso, emenda corrigiu lacuna no texto constitucional, reconhecendo o Tribunal Superior do Trabalho como instância máxima da Justiça trabalhista, equiparado ao STJ

O CONGRESSO NACIONAL promulgou ontem a Emenda Constitucional 92/2016, que altera a Constituição para explicitar que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) faz parte do Poder Judiciário. A emenda também exige dos indicados a ministro do TST notável saber jurídico e reputação ilibada, como já acontece no caso do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

— A Constituição se referiu em termos muito sutis e genéricos ao TST, mas ele é correlato ao STJ, que foi mais bem delineado no texto constitucional. Ambos desempenham, cada qual na sua esfera de atuação, o papel de uniformizador da jurisprudência e intérprete da legislação infraconstitucional — destacou o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, durante a sessão de promulgação da EC 92/2016.

O presidente do TST, ministro Ives Gandra Martins Filho,



Em sessão solene, o Congresso promulga a Emenda Constitucional 92/2016

também reconheceu na cerimônia o empenho do Senado e da Câmara dos Deputados em colocar a instituição no lugar em que deveria estar dentro da Constituição: junto com os tribunais que fazem a uniformização da jurisprudência federal. Ele aproveitou para agradecer a aprovação da proposta de reajuste dos servidores do Judiciário e para fazer um apelo pela votação do PLC 100/2015, que amplia a contratação de

assessores pelo TST.

— Hoje temos que pagar horas extras aos servidores para lidar com a quantidade imensa de processos — disse.

A mudança constitucional teve origem em proposta de emenda à Constituição (PEC 32/2010) aprovada pelo Senado em 2015. O TST sempre foi reconhecido como instância máxima da Justiça trabalhista. Apesar disso, ainda não havia esse registro expresso no texto constitucional.

Subcomissão quer saída para obras inacabadas no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu que o Ibama atue como intermediador entre a Prefeitura de Altamira (PA) e o consórcio responsável pela construção da Usina de Belo Monte, a Norte Energia, para que sejam concluídas todas as obras previstas no projeto.

A implantação da usina está condicionada a compromissos que o consórcio e o governo federal assumiram com o órgão ambiental para obter a autorização do empreendimento. Entretanto, obras importantes para a comunidade que sofre o impacto da construção ainda estão inacabadas. O assunto foi tratado na reunião da subcomissão temporária que acompanha as obras da usina.

Um dos principais pontos de debate foi o hospital geral do bairro Mutirão, em Altamira, que não funciona apesar de estar pronto. O hospital, escolas e obras de infraestrutura estão previstas nas condicionantes estipuladas para a Norte Energia.

O prefeito de Altamira, Domingos Juvenil, exigiu que todas as obras inacabadas sejam concluídas, como o asfaltamento das ruas de acesso ao hospital. No entanto, o presidente do consórcio, Duílio Diniz, afirmou que, nesse caso, o empreendedor não teria obrigação de fazer a manutenção e a operação do hospital, pois estaria substituindo o papel do Estado.

Para Flexa, que preside a subcomissão, é essencial que haja uma mediação no embate e sugeriu que seja o Ibama.

A diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama, Rose Hofmann, destacou que o foco deve ser a efetividade do licenciamento ambiental.

— O cumprimento de condicionantes por si só não dá direito líquido e certo a emissão de uma licença.

Participaram da reunião representantes do governo, do Ministério Público e de movimentos sociais. Até agosto haverá outra reunião para que a Norte Energia apresente relatório, definindo quais condicionantes foram cumpridas e o prazo para as em andamento.

Morte de Luiza Bairros repercute entre senadores

Senadores lamentaram ontem a morte, aos 63 anos, da ex-ministra da Igualdade Racial Luiza Bairros. Ela tinha câncer de pulmão.

Nascida em Porto Alegre (RS), Luiza Bairros mudou-se para Salvador no fim da década de 1970. Professora e pesquisadora, formou-se em administração, fez mestrado em ciências sociais e doutorado em sociologia. Militante em questões ligadas à igualdade racial, atuou no Movimento Negro Unificado da Bahia, foi

coordenadora e consultora de projetos das Nações Unidas e chefiou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial na Bahia de 2008 a 2010. Foi ministra de 2011 a 2014.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota de pesar. Ele lembrou que o Senado agraciou Luiza Bairros com o Diploma Bertha Lutz neste ano. “Infelizmente, a premiação, em março, não contou com a presença da ex-ministra, que já lutava contra o câncer de pulmão que a

vitimou fatalmente”, diz a nota.

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que Luiza era “aguerrida militante da causa dos povos indígenas, das mulheres, dos direitos humanos e, sobretudo, da igualdade racial”. Paulo Paim (PT-RS) informou ter encaminhado voto de pesar à Mesa do Senado. Jorge Viana (PT-AC) e Ângela Portela (PT-RR) também lamentaram a morte. Em nota, Roberto Muniz (PP-BA) ressaltou a dedicação de Luiza na luta contra o racismo e pelos direitos das mulheres.

Sancionada lei que assegura outorga de quiosques e bancas a herdeiros

Donos de pequenos estabelecimentos urbanos, como quiosques, trailers, bancas de feira e de jornais, poderão transmitir a parentes a utilização da área pública em caso de morte ou doença que não lhes permita gerir os próprios atos. É o que estabelece a Lei 13.311/2016, sancionada e publicada ontem

no *Diário Oficial da União*.

A norma tem origem no substitutivo ao PLS 137/2013.

Terão prioridade ao direito o cônjuge ou companheiro, em seguida os descendentes e, por fim, os ascendentes.

O autor da proposta foi o ex-senador Gim e o texto final teve como relator o então senador Vital do Rêgo.

Após eleição na Câmara, visitas ao Congresso serão retomadas amanhã

As visitas ao Congresso foram suspensas ontem e hoje, por causa da eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados. A previsão é que sejam retomadas amanhã.

A não ser em casos de eventos especiais como esse, o Programa Visite o Congresso funciona todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h30.

Fátima pede ao Dnit construção de ciclovia em trecho de rodovia no RN

Fátima Bezerra (PT-RN) informou que esteve com o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de



A senadora disse que o superintendente se mostrou sensível à reivindicação

— Nós temos aplaudido as iniciativas felizes que o prefeito Fernando Haddad, de São Paulo, tem adotado, como a ciclovia da Avenida Paulista, que é um sucesso.

ERRAMOS

Diferentemente do que o **Jornal do Senado** publicou na manchete de ontem, o senador Wellington Fagundes (PR-MT) não afirmou que a meta fiscal de 2017 só será cumprida se o governo criar novos impostos. Relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano, ele disse que o Executivo terá de elevar a arrecadação, mas com medidas como o aumento de tributos existentes, como a Cide Combustíveis, e as concessões na área de infraestrutura. Sobre a recriação da CPMF, avaliou que cabe ao governo decidir se trabalhará por essa proposta.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI BR-364

8h30 Audiência avalia duplicação da BR-364 entre Comodoro (MT) e Porto Velho.

CAS Agentes de turismo

9h A comissão pode votar o PLS 55/2011, sobre a profissão de agente de turismo.

PACTO FEDERATIVO Reunião

9h50 Comissão analisa projetos sobre despesas com pessoal e contingenciamento.

CCI Desvinculação de receitas

10h PEC 31/2016, sobre desvinculação de receitas dos entes federativos, está na pauta.

MEDIDAS PROVISÓRIAS Instalação

11h/12h30 Instalação e eleição de presidente e vice-presidente nas comissões mistas das MPs 734, 735, 737 e 739/2016. Os textos tratam de despesas olímpicas, energia elétrica, segurança pública e previdência.

CDH Pessoas desaparecidas

11h30 Na pauta, texto que institui o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

PLENÁRIO Preso em flagrante

14h Abre a pauta projeto que dá 24 horas para o preso em flagrante ser apresentado à autoridade judicial.

AGENDA BRASIL Agências reguladoras

14h30 A comissão analisa o PLS 52/2013, sobre a gestão das agências reguladoras.

ORÇAMENTO Relatórios

14h30 A comissão mista analisa relatórios ao projeto da LDO 2017.

PRESIDÊNCIA Relatórios

15h Renan Calheiros recebe presidentes de assembleias legislativas. Às 15h30, recebe o defensor público-geral da União, Carlos Eduardo Paz. Às 16h, dirige a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>





Capiberibe (C), autor da PEC: em 10 anos, despesa de Legislativos estaduais subiu 47% acima da inflação, sem justificativa

Senado aprova limite de gastos para assembleias

Segundo o autor da proposta, João Capiberibe, assembleias legislativas consumiram em 2013 mais de R\$ 9 bilhões. O limite também valerá para os tribunais de Contas dos estados. Texto vai para Câmara

O SENADO APROVOU ontem a proposta de emenda à Constituição que limita as despesas das assembleias legislativas e dos tribunais de Contas dos estados. A PEC 30/2016 foi aprovada em segundo turno, com 62 votos a favor e apenas 2 contrários, além de 1 abstenção. Aprovada em primeiro turno na terça-feira da semana passada, a proposta vai agora para a análise da Câmara.

De iniciativa de João Capiberibe (PSB-AP), a PEC ganhou uma emenda do relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), que estabelece que a despesa anual do Legislativo estadual não poderá exceder a despesa do ano anterior, havendo apenas a correção pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A desobediência a essa me-

didada passa a constituir crime de responsabilidade.

Na visão de Telmário Mota (PDT-RR), a PEC é uma medida moralizadora, que pode ajudar a acabar com a “farra do dinheiro público”.

Reguffe (sem partido-DF) também apoiou a proposta e disse que “um Parlamento forte não precisa ser um Parlamento gordo ou inchado”.

Custos altos

Capiberibe argumentou que esses órgãos apresentam custos elevados e crescentes, sem justificativa. Em 2013, por exemplo, foram mais de R\$ 14 bilhões, sendo R\$ 9,4 bilhões gastos pelas assembleias e R\$ 5 bilhões pelos tribunais de Contas.

O senador explicou que o congelamento dos gastos no patamar de determinado

ano, com a possibilidade de correção posterior pelo IPCA, desobriga as unidades da Federação do aumento compulsório dos repasses no ritmo ditado pelo crescimento econômico.

— Nos últimos dez anos, houve um crescimento acima da inflação da ordem de 47%, e as funções das assembleias e dos tribunais não mudaram. A função é legislar e fiscalizar — argumentou o autor.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) concordou que a proposta aprovada ontem pelo Senado vai contribuir para a economia de recursos em todos os estados.

— É mais do que justa a aprovação dessa matéria. Vai contribuir para a diminuição de gastos, a transparência e a fiscalização pública — declarou Valadares.

Plenário aceita dois novos embaixadores

O Plenário do Senado aprovou ontem dois novos embaixadores — um para a Nova Zelândia e o outro para a República do Congo.

Paulo Cesar de Camargo vai para a embaixada brasileira na Nova Zelândia, conforme indicação do presidente interino Michel Temer.

Durante a sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Camargo citou o forte aumento das relações comerciais do Brasil com a Nova Zelândia entre 2002 e 2008, período em que se registrou um crescimento de 145%.

O diplomata também lembrou que a Nova Zelândia vem buscando ativamente maior presença internacional, ao aderir ao Acordo Transpacífico (TPP).

Na avaliação dele, as perspectivas são positivas em

relação a investimentos de empresas neozelandesas no Brasil.

As relações diplomáticas entre Brasil e Nova Zelândia foram estabelecidas em 1964. As trocas se intensificaram após a abertura da embaixada do Brasil em Wellington, em 1997, e a inauguração da embaixada da Nova Zelândia em Brasília, em 2001.

Congo

O Plenário também aprovou a indicação do diplomata Raul de Taunay para o cargo de embaixador do Brasil na República do Congo. Em sabatina na CRE, Taunay defendeu a aproximação do Brasil com o continente africano, apesar da crise econômica que atinge as finanças nacionais.

Taunay disse que irá para a capital, Brazzaville, com “do-

ses elevadas de cautela”, pois o país experimenta grande instabilidade política.

O diplomata relatou que, depois de mais uma reeleição, neste ano, do presidente Denis Sassou N’Gusso, no poder desde 1997, o Congo tem sido tomado por muitas manifestações populares. A disputa política também tem se aprofundado pela interferência de potências estrangeiras no país, quarto maior produtor de petróleo na África, observou.

— O Congo vive momentos imprevisíveis de instabilidade. Vou precavido, mas com espírito de missão, humanitário e filantrópico. A região está sujeita a conflitos e buscarei na precaução e na prudência garantir a segurança da comunidade brasileira residente e implementar uma agenda realista, pragmática e possível.

Rejeitada urgência de texto sobre julgamento de militar

O Plenário rejeitou ontem regime de urgência para o projeto que determina que militares denunciados por homicídio de civis sejam julgados pela Justiça Militar.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, cedeu a apelos das lideranças partidárias, que argumentaram que o texto ainda não foi avaliado por comissões e que não havia acordo.

O PLC 44/2016 chegou ao Senado na quinta-feira e não foi distribuído às comissões. A pedido do ministro da Defesa, Raul Jungmann, e dos comandantes das Forças Armadas, Renan consultou o Plenário sobre a urgência, que colocaria o projeto como prioridade na ordem do dia. Ele alegou que o tema é importante para os Jogos Olímpicos.

O projeto altera o Código Penal Militar para estabelecer que, até o final de 2016, militares das Forças Armadas

denunciados por crime doloso contra a vida de civis serão julgados pela Justiça Militar (e não por tribunal de júri, como é hoje) se o crime for praticado no cumprimento de atribuições estabelecidas pelo presidente da República ou pelo ministro da Defesa e em outras situações específicas.

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o projeto concede aos militares “licença para matar” e lembrou que o Brasil fez grandes eventos, como Copa do Mundo e Jogos Pan-Americanos, sem a necessidade de uma lei assim.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) avaliou que o projeto não pode ser votado sem uma discussão pormenorizada e lamentou a aprovação “a toque de caixa” na Câmara.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e José Aníbal (PSDB-SP) também se posicionaram contra a urgência.



Lindbergh (D) foi um dos senadores que se manifestaram contra a urgência

Renan: Congresso votará LDO assim que projeto passar em comissão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que colocará o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 (PLN 2/2016) na pauta de votações do Congresso assim que ele for votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO). De acordo com Renan, o processo de escolha do presidente da Câmara, no que depender dele, não atrasará a votação.

— Não há problema com

relação à LDO. O que não podemos fazer é pré-datar uma convocação do Congresso em função de uma deliberação que será tomada ou não na CMO. Tão logo a comissão vote a LDO, de pronto eu convocarei o Congresso.

Na segunda-feira, o senador Wellington Fagundes (PR-MT), relator do projeto da LDO, disse esperar que a CMO consiga aprovar o texto na reunião de hoje à tarde.

Relator crê que legalização de jogos de azar vai a voto no fim de agosto

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) pediu ontem que o projeto que legaliza o funcionamento de cassinos, bingos, jogo do bicho e videogames seja retirado da pauta de votações do Plenário.

Bezerra, que relata a proposta (PLS 186/2014), informou que vários senadores estão debatendo o texto com representantes da Polícia Federal e do Ministério Público Federal para aperfeiçoá-lo.

Para o senador, há a possibilidade de a proposta estar pronta para votação no fim de agosto. O autor do texto, Ciro Nogueira (PP-PI), concordou com o adiamento, mas pediu a Bezerra que tente entregar o projeto pronto para votação até o fim de julho, para que o Senado possa votá-lo já na primeira semana de agosto.

Magno Malta (PR-ES) disse que vai trabalhar para que o projeto não seja aprovado.

Texto sobre abuso de autoridade fica para agosto

Relator queria projeto votado em comissão e Plenário nesta semana, mas senadores pediram mais debate. Críticos veem no texto ameaça à Lava Jato

A COMISSÃO DA Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição deverá votar em agosto o projeto sobre abuso de autoridade. Por causa de pedidos de senadores para que houvesse uma discussão mais aprofundada, a próxima reunião da comissão, que seria hoje, foi transferida para 16 de agosto.

Isso contrariou a intenção do relator, Romero Jucá (PMDB-RR), que queria votar o texto (PLS 280/2016) hoje na comissão e levá-lo em seguida para o Plenário, antes do recesso.

Os senadores da comissão se disseram preocupados com a rapidez na votação da proposta, de autoria do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Renan disse considerar acertado o adiamento:

— Quanto mais aprofundarmos essa discussão, para que tenhamos uma decisão mais amadurecida em agosto, melhor. Eu não vejo problema. O único problema que eu vejo é nós não termos atualizada, na forma da Constituição, a lei sobre abuso de autoridade.

Antes da decisão pelo adiamento, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disseram que não é possível chegar a uma conclusão sobre um tema tão complexo em um prazo curto.

Simone Tebet (PMDB-MS) defendeu o mérito do texto, mas disse acreditar que ele precisa de mudanças. A sena-



Romero Jucá (D), relator do projeto sobre abuso de autoridade, defendeu sua votação imediata, mas colegiado preferiu transferir a decisão para o segundo semestre

dora afirmou que teria de votar contra o projeto se o texto fosse para o Plenário como está.

Ana Amélia (PP-RS) demonstrou preocupação com a possibilidade de o projeto tornar os agentes de segurança mais vulneráveis. Para ela, não há resistência à votação do projeto, apenas uma preocupação de aperfeiçoar o conteúdo.

Fernando Collor (PTC-AL) disse que a proposta é crucial para o país. O senador disse acreditar que, se a discussão fosse encerrada nesta semana no Senado, seria suficiente porque o texto ainda terá de passar pela Câmara.

Polêmica

O texto tem causado polêmica por causa de acusações de que o objetivo seria diminuir o poder de investigação da Operação Lava Jato, que apura um esquema de corrupção na Petrobras. Tanto Renan quanto Jucá negam que seja esse o

objetivo. O relator lembrou que a tentativa de atualizar a lei é antiga, anterior à operação da Polícia Federal.

O debate sobre a proposta ontem em Plenário provocou uma discussão. Cristovam Buarque (PPS-DF) questionou Renan quanto ao momento em que o projeto foi trazido a debate.

— A sensação geral é de que, de fato, o que os senadores querem é se proteger. E, como foi o senhor que trouxe, fica mais ainda sobre o senhor.

Renan respondeu:

— Essa motivação Vossa Excelência não verá em mim jamais. A lei não retroage, não tem nada a ver com as investigações. Quando fui ministro da Justiça, incentivei a delação, que ainda não estava na lei. Como presidente do Senado, aprovei a lei da delação. Eu, mais do que qualquer um, tenho condições de opinar sobre o aprimoramento institucional.

Renan afirmou que a primeira vez em que ouviu falar de delação foi numa denúncia de que em 2006, candidato do PDT recebeu recursos não contabilizados de campanha. Naquele ano, Cristovam era candidato a presidente da República pelo partido.

Cristovam reagiu afirmando que, se houve uma denúncia contra ele, o dever de Renan era encaminhar o assunto ao Conselho de Ética.

Críticas

A lei atual sobre abuso de autoridade é de 1965 e é considerada ultrapassada por defensores das mudanças.

Entre os artigos do projeto criticados pela possibilidade de prejudicar o trabalho dos policiais, está o que prevê penas de até dois anos e multa pelo uso de algemas quando não houver resistência à prisão, ameaça de fuga ou risco à integridade física do preso ou de terceiro.

Urgência para votar projeto era intempestiva, afirma Simone Tebet

Simone Tebet (PMDB-MS) disse que foi acertado o adiamento da votação do projeto sobre abuso de autoridade. Segundo a senadora, que integra a Comissão de Consolidação da Legislação Federal, até agosto os senadores terão tempo para ouvir representantes do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal e da sociedade civil sobre a proposta.

— O projeto tem pontos positivos e negativos. Não pode ser votado com açodamento, não com essa urgência desnecessária e intempestiva. Não com essa sombra e fantasma de que essa Casa quer com o projeto acabar com a Operação Lava Jato.



Jefferson Racy/Agência Senado

Avança flexibilização de mão de obra no poder público



A Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo aprovou ontem a possibilidade de contratação de pessoal por tempo determinado em convênios, acordos e ajustes dentro do poder público. A proposta, de autoria da própria comissão, vai com urgência para o Plenário do Senado.

O PLS 490/2015 altera a Lei de Licitações e torna obrigatória a inclusão de um plano de gestão de recursos humanos dentro do plano de trabalho que embasa os convênios, acordos e ajustes firmados entre entes ou órgãos das administrações públicas federais, estaduais ou municipais.

Em alguns casos, o plano de gestão poderá estabele-

cer a contratação de pessoal por tempo determinado. Trata-se de uma autorização constitucional para casos de necessidade temporária de excepcional interesse público.

O projeto abre essa possibilidade para entidades da administração pública direta (ministérios e secretarias) e para autarquias e fundações.

Operacionalização

A justificativa é que essa permissão torna mais flexível a execução dos convênios, uma vez que não será mais necessário criar uma estrutura administrativa apenas para as contratações temporárias necessárias e que não teria mais serventia no futuro.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), recomendou a aprovação em seu parecer. “O projeto é de elevado mérito para a administração pública

ao objetivar ganhar flexibilidade na operacionalização dos convênios e ajustes entre entes federativos, especialmente com participação dos municípios, para que se possa realizar a execução coordenada de políticas públicas, sem o risco de cristalizar uma estrutura administrativa que poderá não mais ser exigida uma vez finalizado o convênio”.

Emendas

A comissão também aprovou requerimento para que a PEC 61/2015 seja votada no Plenário do Senado.

A proposta, da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), estabelece que emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União poderão passar a direcionar recursos diretamente aos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Comissão deve votar hoje mudança em licitações e nas agências reguladoras



A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional deve votar hoje a Lei Geral das Agências Reguladoras (PLS 52/2013) e a atualização da Lei de Licitações (PLS 561/2009).

O projeto sobre agências reguladoras estabelece regras de gestão e organização e mecanismos de controle social das agências reguladoras federais.

A proposta exige uma prestação de contas anual ao Congresso e a celebração de contratos de gestão, que devem conter metas, fontes de custeio e resultados das ações regulatórias e fiscalizatórias.

O texto, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na forma de substitutivo do sena-

dor licenciado Walter Pinheiro (sem partido-BA).

Já o projeto sobre a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) cria um instrumento de fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia.

O autor, o senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), diz que o objetivo é criar uma “trilha de auditoria” da obra pública.

Segundo o presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), a ideia é reunir projetos semelhantes e apresentar um relatório consolidado — a cargo de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

A comissão, reinstalada na semana passada, analisa projetos da Agenda Brasil — pauta consolidada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para reativar a economia.

Impeachment: acusação entrega alegações finais

Para denunciantes, crimes de responsabilidade que teriam sido cometidos por Dilma eram parte do modus operandi do governo para manter o poder

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment recebeu ontem as alegações finais da acusação no processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff. O documento de 131 páginas foi entregue pelo advogado João Berchmans Serra, que auxilia a equipe denunciante, e reforça os argumentos já apresentados à comissão. Para a acusação, a presidente cometeu crimes de responsabilidade como parte de um modus operandi de governo para se “perpetuar no poder”.

“O povo brasileiro foi vítima de um golpe eleitoral, mediante o qual se dissimulou a real situação econômica do país, com o fim de garantir a reeleição. Os fatos demonstram uma continuidade do mesmo comportamento do mandato anterior, um verdadeiro modus operandi”, dizem os denunciantes, no documento.

O texto rebate também a tese da defesa de que o impeachment de Dilma seria um “golpe de Estado”. A acusação lembra que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) chancela o processo porque lançou uma representação posterior contendo, entre outros argumentos, os mesmos decretos orçamentários e “pedaladas fiscais” que integram a denúncia atual.

A acusação também refuta o questionamento da defesa sobre a motivação do ex-



Advogado João Berchmans Serra (2º à esq.) entrega documento à coordenação da Comissão Especial do Impeachment

-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ao acolher a denúncia e abrir o processo de impeachment contra Dilma. Segundo os denunciantes, a defesa não questiona a legitimidade de Cunha para limitar o conteúdo do processo a atos de 2015.

“A defesa, comodamente, aceita ter havido a irresponsabilidade em 2013 e 2014, como se fosse possível essa divisão artificial”, afirma a acusação em suas considerações finais.

O documento relativiza os depoimentos das 38 testemunhas de defesa que falaram à comissão nas últimas semanas. Eles foram descritos como “cantilena decorada e repetitiva”, e a acusação observa que, em muitos casos, os depoentes falavam “em causa própria”.

“Funcionários do Tesouro ou do Ministério do Planejamento podem ser partícipes das ilegalidades praticadas pela

presidente, pois colaboraram para que o ato final viesse a ser praticado. Situação clara de autodefesa”, afirma a acusação.

Perícia

O documento também cita a perícia técnica conduzida por servidores do Senado sobre os documentos que integram o processo de impeachment. O laudo concluiu que os decretos suplementares foram incompatíveis com a meta fiscal de 2015 e que os atrasos em repasses a bancos públicos referentes ao Plano Safra — as “pedaladas” — constituíram operações de crédito.

No entanto, a perícia concluiu que não houve ato de Dilma Rousseff na execução das “pedaladas”. Para o advogado João Berchmans Serra, que entregou as alegações finais à coordenação da Comissão do Impeachment, essa conclusão não isenta a presidente.

— A perícia não disse que não havia ato. Disse que, pelos documentos examinados, não tinha como concluir pela existência de participação direta da presidente. Mas estamos falando de um concerto de vontades e de um comando que evidentemente veio de cima. Não podemos imaginar que técnicos agissem à revelia da presidente e ela não tivesse conhecimento dessa prática. Houve um comando, uma orquestração — disse.

Ausência

O advogado afirmou ainda que as alegações finais não podem conter fatos novos, por isso se limitam a reiterar os argumentos do processo original. Porém, caso fosse possível trazer mais evidências, ele disse que mencionaria o não comparecimento da presidente afastada à comissão no dia marcado para o seu de-

poimento pessoal. Ela enviou uma manifestação por escrito que foi lida pelo seu defensor, José Eduardo Cardozo.

— Poderíamos apontar o simbolismo representativo da ausência da presidente na chance que teve de mostrar à sociedade brasileira e aos senadores que ela não é culpada. No entanto, preferiu valer-se do mesmo expediente que fez nos decretos e pedaladas: se tornou ausente e se fez representar por seus mandatários. Isso representa a própria confissão — avaliou o advogado.

Próximos passos

Com a entrega das alegações finais da acusação, começa a ser contado o prazo de 15 dias para que a defesa entregue a sua própria manifestação. Esse prazo vence no dia 27, uma quarta-feira. Depois disso, o relator do processo, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), terá cinco dias para apresentar seu parecer sobre a pertinência da acusação, que será votado pela comissão e, posteriormente, pelo Plenário. Isso encerra a fase de pronúncia do impeachment.

Caso a decisão seja a favor da continuidade do processo, a presidente afastada será submetida ao julgamento final pelo Senado. Esse rito, se acontecer, será comandado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski. Caso 54 senadores, no mínimo, entendam que a presidente cometeu crime de responsabilidade, ela será afastada do cargo em definitivo e ficará inelegível por oito anos.

Para criar empregos, Dário Berger defende desonerar o trabalho

Dário Berger (PMDB-SC) sugeriu que o governo diminua as contribuições sociais que incidem



nas relações trabalhistas para estimular a geração de emprego. Ele lembrou que o empresário que paga salário de R\$ 1 mil a um empregado deve desembolsar outro tanto a título de contribuições sociais e impostos.

Para o senador, a perda de arrecadação que decorrer dessa desoneração poderá ser compensada com o aumento de tributos sobre bens supérfluos, como bebidas e cigarros.

Ele ainda defendeu o aperfeiçoamento da legislação trabalhista para adequá-la à realidade do Brasil de hoje, que sofre com elevados índices de desemprego.

Paim critica perda de direitos previdenciários de trabalhadores

Para Paulo Paim (PT-RS), a medida provisória que muda as regras do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez é um grave ataque aos direitos dos trabalhadores.

A medida, segundo Paim, pode colocar em risco a vida do trabalhador, porque o beneficiário do auxílio-doença deverá retornar ao trabalho após 120 dias.

— A empresa, verificando a falta de condições do trabalhador para voltar à ativa, nega o retorno. Se isso acontecer, o trabalhador não terá auxílio-doença nem salário — disse.

Paim criticou ainda a convocação para nova perícia do aposentado por invalidez.

— Se resultado da perícia determinar o retorno ao trabalho do aposentado por invalidez e se sua idade for avançada, essa decisão pode significar a sua demissão.

Viana destaca obras para manutenção de rodovias na Amazônia

Jorge Viana (PT-AC) agradeceu à direção do Dnit e ao Ministério dos Transportes pelo trabalho de manutenção da BR-317, a Estrada do Pacífico, que liga Rio Branco até Assis Brasil, na tríplice fronteira de Brasil, Peru e Bolívia.

Viana lembrou que foi no governo Dilma que começaram as tratativas para as obras de manutenção da estrada, que ajudaram a reduzir acidentes.

Segundo ele, recursos para outras obras, como a da ponte sobre o Rio Madeira, que ligará o Acre a Rondônia, e da BR-364 (por onde, no trecho Porto Velho-Cuiabá, transitam diariamente 1,2 mil carretas) também foram garantidos por Dilma. Ele disse esperar que Michel Temer confirme as verbas.

— Se faltar manutenção da BR-364 por um ano, já vai ter problema de tráfico no ano seguinte — afirmou o senador.

Telmário pede linha de crédito exclusiva para comunidades indígenas

Telmário Mota (PDT-RR) pediu ao governo federal a criação de linha de crédito exclusiva para



os povos indígenas, por meio do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Ele reivindicou também infraestrutura nas áreas indígenas, como saneamento, eletrificação, comunicação e estradas.

Por falta desses equipamentos, alertou o senador, está havendo uma migração crescente dos índios para as áreas urbanas, em busca de melhores condições de vida.

— O índio não quer mais viver sem wi-fi, sem internet, sem a televisão; ele está integrado globalmente. Nada disso vai tirar seus costumes e seus hábitos. Vai mantê-los, mas com melhor qualidade de vida.

Alvaro condena CBF por censurar torcida e apoia projetos anticorrupção

Alvaro Dias (PV-PR) criticou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) por censurar opinião de torcedores durante partidas do Campeonato Brasileiro. No sábado, disse o senador, um árbitro interrompeu uma partida três vezes para que a polícia retirasse faixas com os dizeres “CBF: corrupção”. Ele condenou a atitude e disse que a população já sabe que a CBF se envolveu em corrupção.



Alvaro defendeu a votação, com prioridade, do projeto que torna a corrupção crime hediondo, do que põe fim ao foro privilegiado e das dez medidas sugeridas pelo Ministério Público. Ele disse que não apoia a aprovação do projeto sobre abuso de autoridade, que precisa de mais debate.

Comissão especial de senadores vai avaliar o anteprojeto elaborado por especialistas para atualizar o Código Brasileiro de Aeronáutica. Legislação atual data de 1986

Instalado grupo para avaliar nova lei de aviação

A COMISSÃO ESPECIAL do Código Brasileiro de Aeronáutica foi instalada ontem. Por indicação do presidente do Senado, Renan Calheiros, o senador Vicentinho Alves (PR-TO) será o presidente do colegiado. O vice-presidente da comissão será o senador Pedro Chaves (PSC-MS) e a relatoria ficará com o senador José Maranhão (PMDB-PB).

O colegiado vai analisar o anteprojeto do novo Código Brasileiro de Aeronáutica (PLS 258/2016). Com 374 artigos, o anteprojeto foi elaborado por uma comissão de especialistas no tema, instituída pela Presidência do Senado, e encaminhado para exame do Congresso. A proposta foi transformada em projeto, que será analisado pela comissão especial, devendo seguir para avaliação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, depois, para o Plenário.

A comissão de especialistas — criada por uma sugestão de Vicentinho, piloto profissional — foi instalada em junho de 2015 e funcionou por um ano. Presidida pelo advogado Georges Ferreira, a comissão entregou o anteprojeto do código em 21 de junho.

Vicentinho destacou o trabalho da comissão de especialistas e elogiou a liderança de Georges Ferreira.



Presidente da comissão, Vicentinho (C) coordena reunião, ao lado do vice, Pedro Chaves (E), e do relator, Maranhão: grupo fará seis audiências com setor aéreo

— São sugestões importantes para o nosso trabalho. Esta comissão vai trabalhar no texto que representa o marco regulatório da aviação nacional — declarou.

Plano de trabalho

Todos os senadores, inclusive os que não são membros da comissão, informou Vicentinho, poderão apresentar emendas ao projeto até 25 de agosto. O senador afirmou que outros projetos relacionados ao código serão assumidos pela comissão e convocou uma nova reunião para 2 de agosto.

A comissão especial também aprovou o plano de trabalho apresentado pelo relator, José Maranhão. Serão realizadas seis audiências públicas, para ouvir todos os segmentos do setor aéreo brasileiro. O senador avalia que, para o código ser realmente efetivo, precisa da colaboração de todos os setores envolvidos.

A opinião é compartilhada pelo vice-presidente da comissão. Para Pedro Chaves, a participação de vários setores da sociedade nas audiências será essencial para a elaboração do código, em referência a repre-

sentantes da Aeronáutica, da Infraero, dos aeronautas, de juristas e de entidades do setor aéreo que acompanharam a instalação da comissão.

Temas como serviços, tarifas, capital estrangeiro e aviação experimental serão abordados nas audiências, que devem ocorrer em agosto.

A apresentação do relatório será feita em 8 de setembro e a votação final deve ocorrer no dia 13 do mesmo mês.

José Maranhão lembrou que quando estava no primeiro mandato como deputado federal, na década de 80, foi

relator do texto que se transformou na atual legislação do setor aéreo (Lei 7.565/1986).

Ele ressaltou a importância do trabalho da comissão de juristas e a necessidade de atualização do código.

— O novo código está chegando com certo atraso, pois nesse tempo a aviação evoluiu muito — afirmou Maranhão.

Já Pedro Chaves destacou que os senadores têm um importante trabalho pela frente.

Revista *Em Discussão!* sobre o código: www12.senado.leg.br/emdiscussao

Cartões telefônicos devem trazer alertas contra uso de crack

Os cartões telefônicos, muito usados por consumidores de crack para cortar as pedras, podem estampar alertas contra o uso dessa e de outras drogas. A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem projeto que impõe a medida. A proposta (PLC 40/2014) deve agora ser analisada em Plenário e, caso aprovada, seguirá para sanção presidencial.

O projeto impõe a impressão, pelas companhias telefônicas, de mensagens de alerta tanto nos cartões de recarga de celulares pré-pagos quanto nos de uso em telefones públi-

cos. A proposta foi relatada por Cristovam Buarque (PPS-DF), que a considera inegavelmente meritória.

— Ao visar ao público-alvo tanto dos consumidores da telefonia móvel pré-paga quanto dos usuários de telefones públicos, a medida apresenta grande potencial para atingir uma enorme parcela da população — disse o senador.

Segundo o autor, deputado Dr. Jorge Silva (PHS-ES), as campanhas não deverão gerar despesas ao consumidor. Para ele, os custos serão próximos de zero, “uma vez que as telecomunicações estão universa-

lizadas no Brasil”. Ele destacou que existem 215 milhões de celulares em uso no país e 1 milhão de telefones públicos.

O deputado cita pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz que revelou um crescimento de seis vezes no número de usuários de outras drogas que começaram a usar crack. A mesma pesquisa estima que exista hoje 1 milhão de dependentes e que a droga esteja presente em 98% dos municípios brasileiros.

Silva resalta que as mensagens deverão ter periodicidade mínima de seis meses e conter frases de advertência sobre os

malefícios da droga.

Omar Aziz (PSD-AM) sugeriu que outra proposta seja apresentada, com teor semelhante, para instituir campanhas educativas com temas como violência contra a mulher em outros produtos, como boletos de loteria.

— Instituições de combate à discriminação poderiam usar esse espaço, de forma bem criteriosa — avaliou o senador.

Banda larga

Por falta de quorum, foi adiada a votação do PLS 174/2016, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que proíbe

as operadoras de internet de estabelecer limites de velocidade na oferta do serviço em contratos de banda larga fixa.

A CCT aprovou ontem requerimento para a realização de audiência pública que debaterá a importância da conectividade para o acesso ao conhecimento e os impactos para a saúde e o desenvolvimento econômico, entre outros pontos.

O autor, senador Lasier Martins (PDT-RS), propôs convidar os ministros da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o presidente da Anatel.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Proposta de imposto menor para querosene de aviões vai a Plenário

Texto unifica a alíquota máxima de ICMS em 12% para todos os estados e busca assegurar o repasse da queda para o preço ao consumidor

A ALÍQUOTA MÁXIMA do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações internas com querosene de aviação poderá ser fixada em 12%. O texto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) é o substitutivo do relator, Jorge Viana (PT-AC), que considerou “catastrófica” e “pré-falimentar” a situação das companhias aéreas.

O projeto (PRS 55/2015), de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi modificado por emendas de Viana para assegurar que as distribuidoras de combustíveis repassem obrigatoriamente toda a queda de ICMS para o preço final pago pelos consumidores.

Do texto de Randolfe foi mantida a determinação da alíquota de 12% e a cláusula de vigência, fixada em dez dias da data da publicação da lei resultante da proposta. O projeto seguirá para o Plenário. Como compete ao Senado legislar privativamente sobre alíquotas do ICMS, a proposta não precisará ser votada pela Câmara.

José Aníbal (PSDB-SP) apresentou requerimento para que



Projeto foi aprovado ontem em comissão com emendas do relator, Jorge Viana

a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se manifestasse sobre a proposta.

Constitucionalidade

Segundo o senador, o projeto poderia ser inconstitucional por “invadir indevidamente competência privativa dos estados” de legislar sobre as alíquotas internas do ICMS. Ele avaliou que o conflito de interesse dos estados (hipótese admitida pela Constituição para a interveniência do Senado no assunto) não estava caracterizada nesse caso, mas o próprio Aníbal, posterior-

mente, retirou o requerimento.

Aníbal e Marta Suplicy (PMDB-SP) também levantaram dúvidas sobre a promessa das companhias aéreas de ampliar o número de voos em decorrência da redução da alíquota interna do ICMS.

Guerra fiscal

Viana respondeu lembrando um precedente: com a Resolução 13/2012, o Senado estabeleceu alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Viana e Randolfe acrescen-

taram que cabe ao Senado colocar fim à guerra fiscal nos estados em relação às alíquotas de ICMS para o querosene de aviação. Essas taxas oscilam de 3% a 25%, chegando a variar até mesmo entre aeroportos de uma mesma unidade da Federação.

Somente no Maranhão, exemplificou o relator da matéria, são aplicadas quatro alíquotas diferentes: 25%, 17%, 12% e 7%.

Abastecimento

Viana disse que, sob uma perspectiva ambiental, a guerra fiscal entre os estados leva as empresas aéreas a praticarem o chamado *tankering*, que é o abastecimento de combustível em quantidade superior à necessária nos aeroportos com menor incidência de ICMS. Para o senador, o peso adicional e desnecessário do combustível faz com que o avião tenha a eficiência reduzida e se torne mais poluente.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) afirmou que a discussão da proposta estava suficientemente madura no Senado e sugeriu que o assunto fosse decidido em votação na CAE ainda ontem.

Aníbal concordou e retirou o requerimento para o envio da proposta para a CCJ. Com a abertura do painel, o PRS 55/2015 obteve 10 votos favoráveis e 8 contrários.

Comissão ouvirá o ministro da Cultura em 10 de agosto

A audiência com o ministro da Cultura, Marcelo Calero, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) foi confirmada para 10 de agosto pelo presidente do colegiado, Romário (PSB-RJ).

O debate foi requerido por Lídice da Mata (PSB-BA), para que Calero possa apresentar aos senadores as propostas e metas da gestão dele no ministério.

Também na reunião de ontem foi aprovado projeto de resolução (PRS 51/2015), de Lasier Martins (PDT-RS), definindo categorias para a entrega anualmente feita pelo Senado do Prêmio Jornalista Roberto Marinho.

Pelo novo formato proposto, o prêmio passa a ser conferido a jornalistas que tenham contribuído para o engrandecimento da atividade, porém dividido pelas categorias: impresso (jornal e revista), rádio, televisão e internet. Ainda pela proposta, que segue para análise da Mesa Diretora, cada senador poderá fazer a indicação de um único nome em cada categoria, acompanhada de currículo e justificativa.

Pesar

Por sugestão de Lídice, a comissão aprovou um voto de pesar pelo falecimento da ex-ministra da Igualdade Racial Luiza Bairros. Ela ocupou o ministério entre 2011 e 2014 durante o primeiro mandato da presidente afastada Dilma Rousseff e faleceu em Porto Alegre após três meses de batalha contra um câncer no pulmão.

Outra decisão da CE foi lançar o *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016*, por iniciativa de Cristovam Buarque (PPS-DF).

Foi aprovado projeto da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) que estabelece 2 de agosto como Dia Nacional dos Rosacruz (PLC 172/2015), proposta que segue para o Plenário.

O colegiado acatou também a realização de outras audiências públicas, cujas datas serão definidas. Uma delas foi proposta por Romário e discutirá o impacto na área social do Programa Forças no Esporte e do Projeto Atletas de Alto Rendimento, vertentes militares do Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte.

Outra objetiva fazer um balanço da situação atual do Estatuto do Torcedor e foi requerida por Hélio José (PMDB-DF).

Dívida pública resulta de desvios para bancos, afirma especialista

Assuntos de interesse do trabalhador, como desemprego, aposentadoria e discriminação na contratação e no ambiente de trabalho, com foco na justiça fiscal, foram debatidos ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A origem da dívida pública brasileira foi um dos principais aspectos abordados pelos participantes.

A iniciativa de realizar um ciclo de debates sobre o tema é de Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão.

De acordo com Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã

da Dívida, ao contrário do que se supõe, a dívida pública não resulta de financiamentos para a realização de obrigações do Estado, como obras de infraestrutura ou investimentos em saúde e educação. Maria Lúcia disse que a despesa pública é consequência do desvio de recursos para manter privilégios concedidos a bancos e outras instituições financeiras, como os juros elevados e cumulativos e o uso abusivo de mecanismos financeiros como o swap cambial (contrato para evitar o risco da variação do dólar).

— Não há transparência.

A Câmara requisitou saber quem se beneficiou de centenas de bilhões de reais de contratos de swap cambial e responderam que é informação sigilosa. Se é uma operação pública, paga pelos cofres públicos, e se salários dos servidores estão na internet, por que os detentores desses contratos não estão? — indagou.

Desigualdade social

A secretária-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam), Jucélia Vargas Vieira, disse que o aumento das

desigualdades sociais decorre de uma política de manutenção de privilégios de instituições financeiras e grandes empresas.

— Não é possível que as empresas que são implantadas nas nossas cidades suguem as nossas riquezas e se utilizem dos paraísos fiscais para não pagar impostos — disse.

Pedro Armengol, da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e Maria das Graças Costa, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), divulgaram cartilha sobre os direitos dos trabalhadores em risco, elaborada pela CUT Brasília. Entre esses direitos, segundo Armengol, está a correção do salário mínimo pelo índice de inflação mais a taxa de crescimento do PIB. Fátima Bezerra (PT-RN) disse que o momento atual do país retrata “a insistência da elite em não permitir que os filhos da senzala conquistem a cidadania”.

— Passará para a história como a maior agenda de retirada de direitos do povo brasileiro — afirmou a senadora.



Paim (C) preside audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre direitos do trabalhador, dívida pública e justiça fiscal

Reajustes para servidores federais vão à sanção

Senado aprovou ontem oito projetos de recomposição salarial para funcionalismo civil e militar, com acordo para que Temer vete criação de cargos e avanços de carreira

OITO PROJETOS COM reajustes salariais para servidores civis e militares da União foram aprovados ontem pelo Plenário e seguem para sanção presidencial. Os aumentos, submetidos pela manhã à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foram negociados ainda no governo da presidente Dilma Rousseff e assumidos por Michel Temer.

Segundo o líder do governo, Aloysio Nunes (PSDB-SP), houve acordo com as lideranças para que os projetos fossem aprovados como vieram da Câmara. A intenção é que, posteriormente, Temer vete todos os dispositivos que impliquem criação de cargos e transposição de carreira.

— O entendimento foi para votar os projetos originais sem as emendas apresentadas pelos senadores na CAE e na CCJ, com o compromisso do governo vetar as matérias estranhas ao aumento de vencimentos — explicou Aloysio.

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que o acordo foi fruto de uma construção coletiva.

Um das propostas aprovadas, o PLC 30/2016, reajusta os salários da Câmara de forma escalonada: 5,5% a partir de 1º de janeiro de 2016, 5% a partir de 1º de janeiro de 2017, 4,8% a partir de 1º de janeiro de 2018 e 4,5% a partir de 1º de janeiro de 2019. O cronograma vale para aposentadorias e pensões.

O PLC 31/2016 aumenta a remuneração dos servidores do Tribunal de Contas da União (TCU), também de modo escalonado até 2019. O texto aprovado foi o substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Outro projeto aprovado (PLC 35/2016) trata do salário de diversas carreiras federais. Serão beneficiados, entre outros, servidores das agências reguladoras, do Inmetro, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial



Gleisi preside sessão da Comissão de Assuntos Econômicos, onde as propostas, negociadas ainda no governo de Dilma, foram aprovadas antes de irem ao Plenário

(Inpi) e da Advocacia-Geral da União (AGU). Ele também cria as carreiras de analista em defesa econômica e analista administrativo para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Os gastos estimados com esses reajustes são de R\$ 118,6 milhões em 2016, de R\$ 566 milhões em 2017 e de R\$ 173 milhões em 2018, beneficiando 24 mil servidores civis ativos e 11 mil aposentados e pensionistas.

Honorários

Foi aprovado também o PLC 36/2016, que reajusta os salários de várias categorias e disciplina o pagamento de honorários advocatícios para os advogados da União. O projeto beneficia servidores do Banco Central, das carreiras do ciclo de gestão e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre outros. Os honorários serão pagos aos integrantes das carreiras de advogado da União, de procurador federal, de procurador da Fazenda Nacional e de procurador do

Banco Central, assim como aos quadros suplementares em extinção da área jurídica.

O reajuste para os militares de até 25%, distribuídos em quatro parcelas até 2019, o PLC 37/2016, também foi aprovado. O impacto financeiro será de R\$ 2,8 bilhões em 2016, R\$ 3,5 bilhões em 2017 e R\$ 3,8 bilhões em cada um dos dois anos subsequentes.

O PLC 34/2016, por sua vez, reajusta em cerca de 20%, ao longo de quatro anos, os salários do magistério federal e de carreiras ligadas à área de Educação, como do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Ainda foram aprovados o PLC 38/2016, que reajusta a remuneração de várias carreiras, como a dos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), e o PLC 33/2016, que aumenta a remuneração de diversas carreiras do Executivo.

(Com Agência Câmara)

Ângela diz que acordos com líderes sindicais foram feitos por Dilma

Antes da decisão pelo Plenário, Ângela Portela (PT-RR) explicou que os oito projetos que reajustam os salários das diferentes categorias dos servidores públicos foram fruto de 32 acordos firmados pela presidente afastada, Dilma Rousseff, com as lideranças sindicais da administração pública federal.

Ela disse que as negociações vêm desde 2006, quando foi feita a “maior reestruturação de cargos e de carreiras em todo o funcionalismo”.

Ângela afirmou que, até 2002, muitos servidores recebiam vencimentos menores do que o salário mínimo, obrigando a administração pública a conceder uma complementação salarial para que a remuneração atingisse o mínimo constitucional.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Vanessa quer manutenção de políticas públicas para valorizar o funcionalismo

A concessão de reajustes ao funcionalismo público foi defendida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pouco antes de os projetos serem aprovados.

A senadora cobrou a manutenção das políticas de valorização dos trabalhadores implantadas nos governos de Lula e de Dilma Rousseff. Assim como Ângela, ela lembrou que os reajustes resultaram de negociações feitas antes do afastamento de Dilma. A senadora destacou que “a presidente está sendo processada sob a falsa alegação de descontrole nos gastos públicos”.

Vanessa também disse que a proposta que limita os gastos públicos (PEC 241/2016, na Câmara), apresentada ao Congresso pelo presidente interino Michel Temer, “representa uma ameaça ao Brasil e ao funcionalismo público”.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Aprovado benefício para trabalhador de baixa renda usar FGTS para casa própria

Mutuários de baixa renda com apenas um ano de trabalho poderão usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para amortizar o saldo devedor da casa própria. A medida está prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 359/2015, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Agora ele terá decisão final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De autoria de Paulo Paim (PT-RS), a proposta reduz o tempo de serviço sob regime de FGTS para a obtenção do

benefício, que é de três anos, conforme a Lei 8.036/1990. A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), apresentou emenda diminuindo o prazo exigido para usar o FGTS pelos trabalhadores menos favorecidos. O benefício precisa ser regulamentado.

Para a relatora, é adequado o foco na população menos favorecida, pelas dificuldades de acesso ao crédito e déficit habitacional elevado. Ela disse que o Executivo definirá o critério de renda, por ser o gestor dos recursos do fundo.

Ceará poderá aplicar US\$ 50 milhões em área social

O projeto que viabiliza a aplicação de até US\$ 50 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na expansão de serviços sociais no Ceará foi aprovado ontem pelo Plenário.

A iniciativa do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), com o projeto de resolução (PRS 42/2016), flexibiliza o cronograma para liberação e aplicação dos recursos do BID. O texto passou pelo crivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pela manhã e, depois do Plenário, segue agora para promulgação.

Em maio, a CAE autorizou o Ceará (PRS 25/2016) a contratar esse financiamento do BID para o Programa de Apoio às Reformas Sociais (Proares III), com garantia da União.

No entanto, o cronograma previsto dificultava a aplicação dos recursos e as contrapartidas exigidas. Para tentar viabilizar o empréstimo, que considera de grande importância para o Ceará, Tasso apresentou novo projeto de resolução, que teve a relatoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Em seu parecer, o relator

destacou o trabalho constante de Tasso pela qualidade de vida do povo cearense.

— O senador Tasso é oposição ao governador do Ceará, mas não é oposição ao estado. Pelo contrário, ele é o precursor da mudança de paradigma que sofreu o Ceará há mais de 20 anos e que colocou o estado no trilho, servindo de exemplo para o Nordeste e para todo o Brasil — disse o relator.

O contrato com o BID prevê contrapartidas de US\$ 21,4 milhões. O prazo de carência é de 66 meses, com amortização em 234 meses.